

em defesa da pesquisa

## Grandes projetos e conflitos pelo território em cidades Paraenses

### Big projects and conflicts throughout the territory in paraenses cities

#### Taynáh de Nazaré Argolo Marinho<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, PA, Brasil. E-mail: taynah.a.marinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4298-2869>

#### Ana Caroline dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PPU), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: 1904carolineferreira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6261-7151>

#### Sandra Helena Ribeiro Cruz<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, PA, Brasil. E-mail: shelena@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9360-5759>

Submetido em 12/06/2020.  
Aceito em 01/04/2022.  
Pré-publicado em 13/05/2022

#### Como citar este trabalho

MARINHO, Taynáh Nazaré Argolo; FERREIRA, Ana Caroline dos Santos; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. Grandes projetos e conflitos pelo território em cidades Paraenses. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2022, Brasília, p. 365-387.

**insurgência**

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 8 | n. 2 | jul./dez. 2022 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS  
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.  
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.  
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

# Grandes projetos e conflitos pelo território em cidades Paraenses

## Resumo

O presente artigo tem como questão central a análise de conflitos socioterritoriais emergentes na Amazônia a partir de sua integração à dinâmica da acumulação capitalista e sua consolidação enquanto fronteira econômica. Desse modo, partimos dos resultados de pesquisas sobre os conflitos socioterritoriais nos municípios de Belém e Barcarena no período de 2014 à 2017. Utilizaram-se como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, a análise documental e a pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa. Evidencia-se o processo de mercantilização do território tendo como consequências os impactos socioterritoriais à população local, com as implicações na insegurança da posse e na invisibilidade de seus direitos sociais.

## Palavras-chave

Grandes Projetos; Conflitos; Território.

## Abstract

This article has as its central question the analysis of emerging socio-territorial conflicts in the Amazon from its integration with the dynamics of capitalist accumulation and its consolidation as an economic frontier. Thus, we start from the results of research on socio-territorial conflicts in the municipalities of Belém and Barcarena in the period from 2014 to 2017. The bibliographic review, documentary analysis and field research with a qualitative approach were used as methodological procedures. The commercialization process of the territory is evident, with the consequences of socio-territorial impacts on the local population, with implications for the insecurity of tenure and the invisibility of their social rights.

## Keywords

Large Projects; Conflicts; Territory.

## 1. Introdução

Este artigo objetiva discutir, de forma articulada e comparativa, os resultados de pesquisas sobre os conflitos socioterritoriais frente ao processo de mercantilização do território. Ressaltamos como universo de estudo as cidades de Belém e Barcarena no estado do Pará, destacando dois grandes projetos econômicos instalados nos dois municípios: o Projeto Orla e o Projeto Caulim respectivamente.

As análises bibliográficas e documentais evidenciam estratégias semelhantes quanto ao *modus operandi* do qual se valem os grandes empreendimentos para a incorporação dos territórios. Tais estratégias passam pela dinâmica da financeirização da economia com a adesão do Estado, que, atua de um lado, por meio das políticas de (re)ordenamento territorial, criando a infraestrutura necessária para abastecer os grandes projetos (potencializando a obtenção de lucros) e, do outro, com a criação de bases normativas jurídicas e extrajurídicas para legitimar tal processo.

A perspectiva que adotamos aqui compreende o território como o lugar que abriga as relações sociais contraditórias e heterogêneas que se dão na cidade e no campo. Embora muitos estudos busquem assinalar suas diferenças, nos interessa aprofundar as semelhanças no que tange ao processo de mercantilização e seus rebatimentos, tendo em vista que no mundo globalizado “[...] cidade e o campo são redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalista, perdendo suas características substantivas de origem” (MONTE-MÓR, 2007, p.99).

Nesta perspectiva, buscamos apreender a categoria território a partir de seu movimento histórico, para compreender as relações contraditórias que estão nele imbricadas, e distanciar-se de uma concepção que esvazie seu sentido social, que por diversas vezes foi submetido como instrumento de domínio e controle. Como afirma Santos, “[...] Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 2006, p. 15).

Para Santos (2006), o território é mais do que o lugar, o espaço, é onde se exprimem e concretizam-se as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Tudo, passa e se dá nele, é “nosso quadro de vida” (2006, p. 15). Dessa forma, o autor traz a noção de território como a “extensão apropriada e usada”, referendando que é no “uso do território” ou “território usado” que os sujeitos, ao se apropriarem, passam a moldar e reconfigurar a paisagem “bruta” do espaço.

É no território que se dá a relação homem-natureza mediada pelo trabalho, esse movimento implica diretamente na transformação dos sujeitos e simultaneamente na conformação do espaço, a partir da dinâmica destes com o ambiente passando a constituir o “território usado”. Sabe-se em Marx (1989), que o trabalho tem um valor de uso, e essa mesma afirmação vale para o “território usado”, tendo em vista que é nele “[...] o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13).

Por outro lado, o território também é valor de troca, na medida em que nos círculos da produção, converte-se em mercadoria, pois para o capital a terra é propriedade fundamental para que se estabeleça a produção, assim sendo o território expressa valor de uso e valor de troca. Reiterando esta análise Abreu (2006), afirma que:

[...] o *território*, conforme seu *uso*, possui uma relação direta com a produção de valores de uso e especialmente de troca, seja na forma de renda fundiária, seja como parte da composição orgânica das mercadorias [...] o *território* se converte em mercadoria a partir da especulação fundiária atrelada ao capital fictício – com destaque para o adiantamento do seu uso (ABREU, 2016, p. 36).

A noção de território perpassa pela análise da produção do espaço, tendo em vista que é neste que se encontra sua consolidação. Assim seu entendimento, enquanto categoria analítica, na perspectiva materialista dialética, perpassa pela abstração das estruturas e o funcionamento do modo de produção capitalista. Este, decisivamente, influi na produção do espaço, que se constitui aqui parâmetro para que se entendam os condicionantes da intervenção e configuração do território enquanto lugar da materialização do capital (HARVEY, 2005; ABREU, 2016).

Nesse sentido, para Abreu (2016), a categoria território, enquanto elemento constitutivo da dinâmica da sociedade, só pode ser apreendido como categoria “constitutiva das múltiplas determinações sociais expressas nas relações sociais de produção e reprodução da vida social” (2016, p. 33). Esse esforço de abstração é essencial, pois:

[...] o território ultrapassa a dimensão físico-geográfica espacial ou natural e deve ser visto como elemento de uma totalidade multideterminada historicamente, construído a partir de elementos que configuram a rica e complexa trama de relações sociais de produção e reprodução da vida social e das classes em movimento (ABREU, 2016, p. 69).

Dessa forma, pensar o território e sua apropriação no contexto da sociedade capitalista - situando-o como componente essencial dentro do circuito da produção e circulação, na qual o desenvolvimento das forças produtivas e a reorganização do modo de produção são permeados pela financeirização do capital cujo objetivo é a exploração e acumulação ampliada da riqueza socialmente produzida - é a chave para abstrair os determinantes que engendram as contradições e disputas de sujeitos com interesses adversos pelo uso do território.

## **1 Grandes projetos e seus impactos socioterritoriais em Belém e Barbacena**

Nas últimas décadas na Amazônia, segundo Sá et al (2014, p. 361), o capital vem sob o “arranjo contemporâneo das empresas multinacionais”, incorporando novos territórios, cujo objetivo consiste em explorar novas áreas para a obtenção de matérias primas para abastecer a produção, fazendo uso de uma ideologia de desenvolvimento para as nações retardatárias. Essas grandes multinacionais altamente tecnificadas, buscam se apropriar de territórios vantajosos, com a localização estratégica, “[...] dessa forma, os territórios vão sendo moldados à imagem e semelhança do grande capital” (CARVALHO, 2011, p.19).

Esses empreendimentos estão ligados à extração de minérios, transformados em commodities, evidenciando a forma predatória com que atuam essas empresas. Ademais, esses grandes empreendimentos encontram na intervenção do Estado as normativas necessárias que asseguram todo um sistema logístico de infraestrutura,

a partir das suas políticas de reordenamento territorial, para que se estabeleçam nos territórios.

Assim, o território é objeto de conflitos por sujeitos com interesses divergentes e antagônicos quanto ao seu uso. De um lado, é tido pelo capital como meio de produção para a materialização de grandes projetos e empreendimentos para ampliar os lucros capitalistas; e do outro é a identidade, na qual sua apropriação é realizada numa perspectiva de liberdade econômica, política, social e cultural, moldado pelas relações sociais de povos diversos que convivem entre si e com o meio.

## 1.1 O projeto orla em Belém

Na cidade de Belém, capital do estado do Pará, o rio Guamá e a baía do Guajará tiveram suas margens ocupadas de forma irregular no início do século XX, pela população menos abastada que migrou internamente das ilhas que circundam a cidade. Tal processo decorreu do esgotamento de terras com preço acessível para moradia nas áreas centrais dentro dos limites da primeira Léngua Patrimonial, restou então habitar as baixadas, próximas às áreas com infraestrutura urbana, serviços e emprego (CRUZ, 2012; PONTE, 2006a).

Para Rodrigues et al (2013), a ocupação e o uso do solo urbano às margens do rio apresentam particularidade tipológica, ambiental e cultural que o distingue de outras regiões do Brasil. Logo, a população desprovida de habitação formal criou “[...] diversas estratégias de territorialização e lógicas de uso e apropriação próprias dos territórios próximos aos cursos d’água, com seus potenciais e idiosincrasias” (RODRIGUES et al, 2013, p. 01). As especificidades das construções de habitação nesta área da cidade, conhecidas por baixadas, caracterizam-se pela:

[...] alta densidade construtiva e populacional, pela ocorrência de edificações em forma de palafita, conectadas por estivas (pontes de madeira que servem de acesso às residências substituindo ruas e calçadas), pela precariedade da infraestrutura urbana, que resulta em graves problemas de manutenção das condições naturais de cursos d’água, por serem utilizados como esgotos e pela obstrução por lixo na calha e nas áreas marginais (RODRIGUES ET AL, p.07-08).

Segundo Cruz (1994), as baixadas de Belém são áreas alagadas ou sujeitas aos alagamentos decorrentes dos efeitos das marés; e são conhecidas também por se constituírem como espaços de moradia das camadas sociais mais empobrecidas. Assim, as baixadas em Belém constituem-se como expressão da cidade informal, sendo lócus de grandes problemáticas urbanas como os alagamentos, moradia irregular, regularização do uso do solo urbano, ausência de saneamento básico, este último incisivo à contaminação do rio Guamá e dos igarapés da região que

recebiam dejetos sólidos e líquidos dos esgotos sanitários sem tratamento (CRUZ, 2012).

Historicamente, o planejamento do poder público desenvolveu sua política urbana direcionada a atender a camada elitizada, dotando de urbanização e serviços públicos às áreas centrais da cidade. Até a década de 1970, as baixadas da orla fluvial foram ignoradas pelo poder público e pelo restante da cidade, “[...] uma vez que os projetos de modernização eram concentrados nas áreas de terras altas, mais valorizadas economicamente” (CRUZ, 2012, p. 162), assim Belém foi se desenvolvendo e crescendo dando as costas para o rio.

De acordo com Abelém (1988), o planejamento urbano do Estado, enquanto instituição, passa a intervir nas baixadas com projetos de requalificação urbana, quando estas passam a ser cobiçadas pelo mercado imobiliário. Assim, o Estado reflete seu caráter classista e político-ideológico, quando reestrutura as condições de (re)produção do capital nas cidades. Dessa forma, a política urbana obedece à lógica de mercado, visando o “discurso à revitalização e/ou renovação” do território para fins comerciais e financeiros, visto que as estratégias do capital ditam as relações no ambiente urbano (SANTANA, 2012).

E neste ínterim, as agências multilaterais como organismos disseminadores do modelo de embelezamento de cidades, conferem aos governos locais o modo de empreender a política urbana centrada no planejamento estratégico, de tal forma que promova a atração de investimentos do capital privado, via mercado imobiliário. Nesse sentido, a lógica mercadológica de embelezamento de cidades se apropria dos espaços que oferecem as melhores condições para a exploração, à exemplo das áreas litorâneas, como é o caso da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), localizada na orla fluvial da cidade de Belém às margens do rio Guamá e da baía do Guajará.

Dentro deste contexto, a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) vem implementando o projeto Portal da Amazônia na BHEN, esta grande intervenção urbanística é composta por um lado pelo Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) - que reúne ações de saneamento básico da avenida Bernardo Sayão - e por outro, o projeto Orla, que visa reurbanizar a orla da referida bacia, e que é objeto de análise deste estudo.

O projeto Orla foi realizado em duas etapas, sendo a primeira insular, com o aterramento hidráulico de 70m de largura e 2.200m de comprimento, e a segunda com a urbanização e paisagismo da orla do rio Guamá, com uma área de extensão de 6 km de pista. O projeto Orla objetivou urbanizar e reconfigurar a paisagem da orla transformando-a em uma área de circulação com quatro pistas, uma grande área de lazer e circulação composta por passeio público, ciclovias, estacionamentos,

quadras poliesportivas e parques infantis, com vista livre para o rio Guamá. (BELÉM, 2008).

É importante frisar que, embora as duas etapas do projeto Orla já estejam ditas “concluídas”, as Unidades Habitacionais previstas para o reassentamento das famílias que foram removidas da área e que hoje se encontram no auxílio aluguel ainda não foram entregues em sua totalidade, o que tem gerado diversos questionamentos e conflitos entre a população e prefeitura.

Discursado como um grande projeto de melhoria na qualidade de vida, as intervenções físicas do projeto Orla interferem diretamente no cotidiano da moradia na BHEN uma vez que as ocupações ao longo das margens do rio foram consideradas obstáculos e por isso desapropriadas. De acordo com Malheiros (2009), considerando a grande intervenção e dimensão do projeto Portal da Amazônia, tanto o projeto Orla quanto o PROMABEN juntos desapropriaram centenas de famílias na estrada nova “[...] o que altera a vida de pelo menos dez mil pessoas diretamente” (MALHEIROS, 2009, p. 121). Dessa forma, no levantamento realizado pela PMB foram cadastradas Unidades Residenciais (UR), Unidades Mistas (UM) e Unidades Empresariais (UE) totalizando 2.129 famílias, que passaram a ser submetidas ao remanejamento (BELÉM, 2007).

Segundo o Relatório de Levantamento Socioeconômico da Área da Orla desenvolvido pela Secretária Municipal de Habitação (SEHAB) em 2008, foram cadastrados e desapropriados 388 imóveis, correspondente a 1.428 pessoas nas oito vilas e mais a passagem beira-mar, contudo, apenas dez imóveis estavam fechados. Com o processo de desapropriação dos 388 imóveis, o projeto previu o reassentamento de 360 famílias que optaram por uma Unidade Habitacional (UH) que deveria ser construída na orla logo após a urbanização da nova via, enquanto aguardam, as famílias estão submetidas ao auxílio aluguel no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) - reajustado após muita pressão popular em 2014 para o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), mas não corresponde ao valor imobiliário local devido à especulação da área, gerando transtornos à vida diária e as condições básicas, compromete todo o funcionamento da vida social das famílias que até hoje não recuperaram suas antigas rotinas de vida e trabalho.

Somente em 2012, das 360 famílias, apenas 16 foram reassentadas na UH construída na orla, cujos blocos contêm oito apartamentos cada, atendendo 16 famílias no total até o ano de 2017, gerando muita insatisfação e conflitos entre a Prefeitura de Belém e as famílias que se encontram em auxílio aluguel. Nesse sentido, os moradores passaram a se organizar e reivindicar o direito à moradia junto à PMB, exigindo participação e transparência nas informações sobre o projeto Orla e seus impactos sobre a moradia e trabalho.

No Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Orla (RIMA) de 2008, os impactos resultantes no meio antrópico previstos pelo projeto são considerados pontuais e devem ser solucionados rapidamente, na medida em que a obra for concluída, como descrito no trecho que se segue:

São esperados impactos negativos **pontuais e de curta duração** relacionados ao reassentamento da população afetada e à remoção de estabelecimentos comerciais e dos postos de emprego a eles associados. Os ganhos futuros do empreendimento, no entanto se estenderão a esta população na medida em que serão reassentados em áreas próximas às atualmente ocupadas. Espera-se no futuro que a nova vocação turística da área gere novos postos de emprego que poderão ser ocupados pela população residente (BELÉM, 2008, p. 73, grifo nosso).

Inversamente ao discurso da PMB que discorre como “pontuais e de curta duração”, os impactos relacionados às ações do remanejamento vêm afetando negativamente a população da orla desde o início das obras físicas do projeto em 2008. Dentre os principais conflitos identificados estão àqueles relacionados à questão do remanejamento das moradias, dos comércios e portos públicos, o que vêm afetando a reprodução social das famílias tanto no que diz respeito às estratégias de habitação quanto de trabalho por meio da obstrução da pesca, da venda de produtos regionais como o açaí, a farinha e pequenos comércios (SILVA, 2001; CRUZ, 2012).

Ademais, os moradores apontam ainda o aumento da violência, a dificuldade de mobilização da comunidade remanejada da área e que hoje encontra-se dispersa pela cidade, incidindo na fragmentação dos laços de vizinhança e o aumento do custo de vida em virtude da especulação imobiliária na área (CRUZ, 2012).

Segundo Cruz (2012), a remoção das moradias e dos portos públicos representou a desarticulação das relações de moradia e trabalho, fragilizando os mecanismos de sobrevivência das famílias, sobretudo, quando ocorre o deslocamento para áreas distantes e periféricas. As famílias sentem-se insatisfeitas e incertas sobre o futuro, gerando diversos conflitos e ações de insurgências da população que vem reagindo frente à execução arbitrária da PMB no projeto Orla.

Nesse sentido, os moradores articulados pelo Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito (CCOCB) e a Associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) vem procurando apoio jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil sessão Pará (OAB-PA) por meio da Comissão de Assistência Comunitária e Moradia e respaldo científico da UFPA por meio do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O PARU é um programa de extensão universitária criado em 1981 por um grupo de professores da Faculdade de Serviço Social (FASS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O programa atua na área da reforma urbana com o objetivo de assessorar e capacitar as lideranças comunitárias de Belém, contribuindo para fortalecer as estratégias de luta pelo Direito à Cidade.

O centro comunitário e a Associação questionam o *modus operandi* do projeto Orla no que tange às ações de remanejamento e aos prazos para a retomada das obras inconclusas das unidades habitacionais na área renovada pela urbanização do projeto Orla, pois a falta de informações e esclarecimentos sobre o projeto geram conflitos e inseguranças e impossibilitam os moradores a exercerem uma participação efetiva no projeto.

Passando 11 anos de início da obra, a AMPPA em conjunto com PARU elaboraram um dossiê com documentos da Associação e do Centro Comunitário contendo as reivindicações e solicitações tais como ofícios, atas de reuniões, abaixo-assinados entre outros, oficializados desde o ano de 2011, direcionados aos órgãos públicos responsáveis pelo projeto Orla e ao Ministério Público do Estado do Pará.

O dossiê foi apresentado em uma Audiência Pública em 2017 na qual participaram a AMPPA, representantes do PARU e da Prefeitura de Belém representada pela Secretária Municipal de Habitação (SEHAB). O conteúdo do dossiê revela o sentimento de insegurança da posse e a árdua luta das famílias remanejadas em auxílio aluguel em defesa do direito à moradia digna no território reconfigurado.

Hoje o uso do território da Orla é desfrutado por turistas e por moradores de outros bairros de Belém que fazem do espaço renovado o lugar do lazer, da contemplação do rio, de passeio, de práticas de esportes, shows, o lugar do consumo e de tantas outras atividades que possam gerar lucros.

O outro lado do projeto é marcado por um sentimento de indignação daqueles que tem o sonho e anseiam por uma moradia digna na área da orla cada dia mais distante, esse direito vem sendo subtraído dos mais vulneráveis econômica e socialmente por diversos meios sejam eles financeiros, políticos e ideológicos, uma vez que exclui do acesso e exercício do Direito à Cidade nos territórios reurbanizados aquela parcela pobre que fazia uso do território para a reprodução social.

A questão do remanejamento é um dos elementos, senão o mais complexo, que manifesta a insegurança da posse e constitui-se como a expressão dos conflitos pelo direito de pertencer ao território. E, assim, as famílias desapropriadas continuam lutando, mas também vivenciam a insegurança da posse há mais dez anos, incertas quanto ao futuro: “será que a gente vai morar no portal? Quem é que garante isso? O custo de vida é cada vez mais alto, até quando vai esse auxílio? [...]” (Depoimento de liderança da Estrada Nova na Audiência Pública em 28 de junho de 2017).

---

Nos últimos anos, o PARU vem exercendo um trabalho de assessoria com as organizações populares das bacias do Tucunduba, UNA e Estrada Nova que sofrem os impactos de grandes intervenções urbanas.

Diante disto, verifica-se que o território é reconfigurado sob a lógica da mercantilização com o rechaçamento da população local, tornando-se o espaço para a instalação e reprodução do capital, seja em territórios urbanos e/ou rurais, como veremos a seguir, em Barcarena.

## 1.2 O projeto caulim em Barbacena

O município de Barcarena faz parte da mesorregião Metropolitana de Belém, possui uma população de 124.680 habitantes e uma área da unidade territorial de 1.310,588 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019). Atualmente, caracteriza-se como um importante polo industrial responsável pela industrialização e beneficiamento de minerais como caulim, alumina e alumínio por empresas multinacionais. No município está localizado o maior porto do estado do Pará conhecido como Porto de Vila do Conde, responsável pela exportação de *commodities* minerais, vegetais (especialmente a soja) e animais (gado vivo). Além disso:

O território de Barcarena está subdividido em três principais núcleos urbanos: a) A sede no município de Barcarena, área mais antiga e populosa, onde se encontram a maior parte da estrutura administrativa e governamental; b) A *companytown*: Vila dos Cabanos, construída para abrigar funcionários das grandes empresas metalúrgicas e inicialmente administrada pela Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) e integrando a zona urbana do município sob administração da Prefeitura e c) Vila do Conde, situada na zona costeira e onde se concentra a atividade portuária (BRASIL, 2016, p. 2012)

Até a década de 1970, o município caracterizava-se por uma economia tradicional (com traços da cultura indígena) tendo como principais atividades produtivas a agricultura e pesca, desempenhando um papel importante no abastecimento de sua produção para o mercado de Belém (FIALHO NASCIMENTO, 1999). Na década de 1980, o município passa a vivenciar uma nova realidade com a instalação de dois grandes empreendimentos vinculados à mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), representado pelo Complexo Industrial Albrás/Alunorte e, posteriormente, pela instalação do Projeto Caulim, atualmente representado pela empresa Imerys (COELHO, 2006).

Em razão da localização estratégica, a partir da década de 1980, Barcarena é escolhida para a instalação do complexo Industrial Albrás/Alunorte. Segundo Fialho Nascimento (1999), o Governo do estado desapropriou uma área de 40 mil hectares para a construção e instalação da empresa Albrás/Alunorte, portos, núcleo habitacional, uma subestação da Eletronorte, área ambiental e estrada pavimentada, tendo atingindo diretamente a população que habitava na área.

Em continuidade a esse processo da instalação das atividades mineralógicas, na década de 1990, outro grande empreendimento se instalou no município, conhecido como Projeto Caulim. As empresas transnacionais Pará Pigmentos

(propriedade da Vale) e a Rio Capim Caulim (propriedade Imerys) que exploravam caulim nos municípios do nordeste paraense, como São Domingos do Capim e Ipixuna do Pará. Conforme Hazeu (2015), as empresas passaram a se instalar no Distrito Industrial Barcarena com o intuito de construir fábricas e bacias. O município também apresentava localização estratégica para a instalação de portos, facilitando o escoamento da produção.

Nessa perspectiva, o município de Barcarena passa a integrar o circuito da economia com a entrada das multinacionais, tornando-se *lócus* do desenvolvimento das forças produtivas com a instalação das infraestruturas físicas e sociais para sustentar a acumulação capitalista (HARVEY, 2005; 2011).

Com a chegada das duas empresas, os moradores da localidade Ponta da Montanha, caracterizadas por ser uma comunidade tradicional de pescadores, extrativistas e agricultores de famílias formadas por uma grande família, foi forçada a se deslocar duas vezes. O deslocamento ocorreu da Montanha para Curuperé e, posteriormente, de Curuperé para Nova Vida (Massarapó). Segundo Carmo (2010):

A Comunidade da Ponta da Montanha, assim era a sua antiga denominação, aproveitava os recursos da natureza, mas não a agredia. Suas atividades principais eram a pesca e a agricultura. As casas eram de madeira com chão de barro, construídas próximas às árvores de frutas. Essas árvores eram conservadas, porque produziam alimentos diversos e tinham seu entorno sempre limpo, sendo cuidadas constantemente. O lazer era o rio e a brisa e o vento eram reverenciados como sinal de harmonia com a natureza. [...] A Comunidade Ponta da Montanha é remanejada para o sítio de Curuperé, em Vila do Conde, se juntando aos membros da Comunidade de Curuperé, com os quais começou a conviver. O seu processo de adaptação a nova ordem de reprodução social foi difícil, considerando as condições de reordenação para novas territorializações (processos de auto-reprodução social) por várias razões: baixa estima dos membros, preocupação com a dispersão dos membros, abalo psicossocial com o impacto, sem acesso ao rio e às praias, atuação produtiva ficou prejudicada, a terra era de solo pobre e com muita pedra e as crianças sentiram a brusca mudança (CARMO, 2010, p. 13-14).

É importante ressaltar que as empresas Albrás/Alunorte, Pará Pigmentos e Rio Capim Caulim de propriedade da CVRD, foram incorporadas a outros grupos multinacionais como a Hydro que adquiriu a Albrás/Alunorte e a Imerys que adquiriu as empresas Pará Pigmentos e Rio Capim Caulim.

De acordo com o site oficial da Imerys, a empresa opera no estado do Pará desde 1996, é responsável por fornecer caulim para indústria papeleira internacional. No ano de 2010, a empresa adquiriu a Pará Pigmentos S.A. (PSSA), que pertencia ao Grupo Vale. Com duplicação da sua estrutura, a empresa passou a ter a maior planta de beneficiamento de caulim do mundo, representando 71% de participação na produção de caulim no país.

Para Hazeu (2015), o município de Barcarena configura-se como:

[...] um território dividido em comunidades, recortadas, isoladas, e ao mesmo tempo conectadas e que são referências nos processos identitários dos moradores de Barcarena, para quem o município é vivenciado como um conjunto de comunidades, famílias, pessoas, histórias, empresas, ilhas, rios e igarapés (HAZEU, 2015, p 117).

A população local que vive nas comunidades do município é formada por uma diversidade de grupos sociais representados por famílias de ribeirinhos, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, pequenos trabalhadores rurais, pessoas que migraram para a área em busca de melhores condições de vida. Tais grupos caracterizam-se por estabelecerem uma estreita relação com a terra e seus recursos naturais nos quais a agricultura, o extrativismo e a pesca são as principais atividades desenvolvidas para a garantia da subsistência e (re) produção social das famílias.

Para Carmo (2010), às comunidades tradicionais reconhecem o território enquanto um “[...] espaço de abrigo, produção, cultura, aprendizagem, identidade, relações afetivas e histórias de muitas gerações” (CARMO, 2010, p. 58). No entanto, ao vivenciar novos processos socioterritoriais – com a inserção da Amazônia na economia globalizada – passam a assistir e resistir à destruição do seu habitat historicamente construído. Conforme o autor, as modificações na paisagem social e ambiental representado pelo avanço do modelo urbano-industrial em curso, interferem diretamente no modo de vida da população que vive no município.

Nesse sentido, a sociedade civil e entidades em conjunto desencadearam um processo de resistências, que resultou no surgimento do Movimento Barcarena Livre (MBL), em 2016, que tem protagonizado a luta pelo direito ao território passando a reivindicar uma atuação participativa na elaboração dos planos do município com o intuito de apresentar suas demandas, como o direito à terra, à moradia e políticas públicas.

O MBL surgiu em abril de 2016, a partir da realização de dois seminários sobre os desastres da mineração que ocorreram em Belém e Barcarena, organizados por moradores, lideranças comunitárias, representantes de sindicatos em conjunto com professores e pesquisadores da UFPA. O objetivo principal do Movimento é a luta por uma Barcarena livre de poluição, exploração, repressão dos direitos humanos pelos direitos territoriais, sociais, econômicos, políticos e culturais por meio da criação de estratégias de mobilização coletiva. Destaca-se ainda que:

O grupo entendeu que a sua atuação, além das ações de cada grupo específico, perpassa a produção de contrainformações, formação e capacitação, mobilização e participação nos processos de decisão. Barcarena livre luta contra expropriações e deslocamentos forçados e pela permanência na terra e território, em defesa dos povos e comunidades tradicionais e dos novos moradores. Atua no combate à poluição e em defesa da natureza (rios, ar, terra, floresta, fauna), além de apoiar atividades sustentáveis de trabalho e renda local (MOVIMENTO BARCARENA LIVRE, 2017).

Em 2016, foi elaborada a minuta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Barcarena. Nos mapas de zoneamento do Plano verificam-se o não reconhecimento e a exclusão das comunidades tradicionais bem como a negação do direito ao território. No PDDU consta um sistema de áreas verdes que não inclui terras indígenas e populações tradicionais. São desconsideradas as áreas como comunidades quilombolas<sup>2</sup> que adquiriram a certificação da Fundação Palmares bem como as áreas que estão em processo de reconhecimento pelo Ministério Público Federal como são os casos das comunidades Curuperé, Canãa, Maricá, Ilha São João, Acuí, Pramajó/Peteca, Dom Manoel, Bairro Industrial além de comunidade na região do rio Arienga.

Nos dias 09 e 10 de junho de 2016, foi realizada a 3ª Conferência Municipal da Cidade em Barcarena com o tema “A função social da cidade e da propriedade: cidades inclusivas, participativas e socialmente justas”. O evento foi sendo organizado pelo Conselho Municipal da Cidade e pela prefeitura e mobilizou representantes de vários setores da sociedade local. Nesse sentido, foi elaborado pelo MBL um documento após a conferência intitulado: “Carta Aberta sobre a III Conferência Municipal das Cidades em Barcarena-PA”. O MBL (2016), aponta:

Como podemos ter uma cidade inclusiva, participativa e socialmente justa(?) se no cotidiano a realidade de Barcarena é repleta de contradições sociais, de segregação, exclusão, abusos de poderes, negação de direitos. Contradições e exclusão são expressas, por exemplo, no novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Barcarena, no qual negou-se aos povos tradicionais, quilombolas e indígenas de Barcarena o direito a ter um pedaço de terra reconhecida como sua; além de silenciar os impactos atuais e futuros de grandes empreendimentos, ao meio ambiente a saúde dos Barcarenenses (MOVIMENTO BARCARENA LIVRE, 2016).

Outra ação promovida pelo MBL corresponde às reuniões nas comunidades com o intuito de promover a articulação e o fortalecimento entre as lideranças e criar estratégias de luta frente às omissões do Estado. A ação foi realizada em conjunto com o Programa de Extensão Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais vinculados ao curso de Serviço Social da UFPA. Na reunião realizada em maio de 2017 no salão da Assembleia de Deus na comunidade Nova Canaã em Barcarena estiveram presentes os presidentes de associações e representantes das comunidades Curuperé, Nova Canaã, Maricá, Acuí, Bairro Industrial para discutir os impactos dos grandes empreendimentos no município.

Durante a reunião, os moradores ressaltaram a importância do território enquanto o lugar da reprodução social e cultural com o ambiente vivido, compartilharam

---

<sup>2</sup> Em 2013, a Fundação Palmares já certificou a comunidade quilombola de São Sebastião de Burajuba. No ano de 2016 certificou mais as comunidades quilombolas: Sítio Conceição, Sítio Cupuaçu/Boa Vista, Sítio São João e Gibrié do São Lourenço. Essas comunidades não foram reconhecidas nem inseridas nos mapas de zoneamento do Plano Diretor.

suas histórias de vida, relembrando uma Barcarena anterior aos desastres e que hoje encontra-se ameaçada pelo avanço dos grandes projetos econômicos.

De acordo com as informações no site da organização, o MBL considera o Plano Plurianual (PPA) do município de Barcarena como outro documento importante para a orientação das prioridades dos investimentos da prefeitura. O PPA pauta-se em três diretrizes: 1) Pela permanência na terra e território, em defesa dos povos e comunidades tradicionais e dos novos moradores; 2) Em defesa da natureza (rios, ar, terra, floresta, fauna) – Combate a poluição e 3) Apoio a atividades sustentáveis de trabalho e renda local.

Para obter certificados internacionais de qualidade, a multinacional Imerys tem investido em ações de “responsabilidade social”. Dessa forma, foi realizado o evento chamado Expedição Imerys no Museu de Artes Sacras que teve por objetivo apoiar o desenvolvimento da fotografia e promover a ampliação do conhecimento sobre a Casa Imerys, principal projeto social da mineradora no Pará. De acordo com a empresa, a Casa Imerys atua na inclusão social com os jovens, idosos e crianças de Barcarena por meio de aulas de dança até cursos de secretariado e teria atendido mais que 10 mil pessoas em cinco anos.

Segundo Harvey (2011), as grandes incorporações do capital criam uma imagem sustentada em um “comprometimento social”, quando na verdade constitui-se em um marketing estratégico para ocultar os impactos das ações e atividades predatórias que executam para ampliar suas margens de lucro. Esclarece o autor que na falta de persuasão, e claro, os desenvolvedores do capitalismo são notórios por recorrer a todo tipo de esquema, da subversão política e das manobras legais a força bruta, para limpar a terra para seus projetos.

Contrário à exposição da Imerys, representantes do MBL se reuniram e elaboraram uma contra exposição intitulada “Imerys na Comunidade” em frente ao Museu de Artes Sacras em 26 de julho de 2017 na cidade de Belém, como mecanismo de denunciar com fotos, cartazes, banners, boletins e informações sobre os impactos desastrosos ocasionados pela indústria de caulim da empresa em Barcarena.

O objetivo da manifestação era apontar os reais impactos na comunidade acarretados pelas atividades da Imerys em Barcarena, bem como chamar a atenção dos acionistas, das autoridades nacionais e internacionais. Objetivou-se também mobilizar a população e a imprensa para exigir o reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades impactadas pela empresa, indenizações por danos sofridos, fechamento de operações de alto risco, implantação de sistemas de controle e produção que evitem qualquer contaminação da natureza e a despoluição

dos rios e igarapés contaminados ao longo das operações da Imerys no Pará (BARCARENA LIVRE, 2017).

Dessa forma, em Barcarena os impactos são evidenciados quando a empresa, para expandir sua produção e explorar novas áreas, necessita deslocar compulsoriamente as comunidades para outras áreas distantes, fixando-se no território, e também quando suas atividades provocam os acidentes socioambientais, tais como o rompimento de bacias e vazamento de caulim, que provocam a obstrução das condições de pesca, agricultura familiar e da sobrevivência em geral.

## **2 Os impactos socioterritoriais em Belém e Barbacena, no Pará**

No estado do Pará, os municípios de Belém e Barcarena vivenciam a mercantilização de seus territórios a partir das novas estratégias de reprodução do capital materializadas de um lado pela intervenção pública municipal com o projeto Portal da Amazônia, e do outro, pelos interesses privados de grandes empreendimentos de extração dos recursos minerais com o Projeto Caulim representado pela empresa Imerys.

Seja de caráter público ou privado, tais intervenções vêm afetando diretamente o modo de vida das populações locais, uma vez que as ações empreendidas por esses agentes hegemônicos em consonância com o domínio do Estado, criam as estruturas jurídicas e ideológicas dentro de uma lógica de “desenvolvimento” econômico, que passa a determinar as novas dinâmicas e regras do uso do solo.

Dessa forma, o uso do território é condicionado pelas estruturas do poder estatal e dos agentes do mercado que exprimem um poder de mando e controle sob áreas propícias aos investimentos capitalistas, excluindo aqueles sujeitos que usam a terra para sua subsistência.

De acordo com Rolnik (2015, p. 143), a expansão do capitalismo submete as populações locais à insegurança da posse uma vez que “[...] as terras estão sendo transferidas para a agricultura, mineração, turismo, pesca, e incorporação imobiliária”. Nesse sentido, a autora argumenta que:

Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm uma enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. É no interior desta trama jurídico-administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão na cidade (ROLNIK, 2015, p. 151-152).

Ao mercantilizar os territórios, o Capital determina o lugar das classes dentro das cidades ao reproduzir a segregação socioespacial, que se manifesta de diversas formas e podem ser vislumbradas pelas ações de remanejamento, reassentamento, remoções, deslocamento compulsório entre outras. Assim, os territórios passam a ser objeto de conflitos entre sujeitos divergentes que procuram apropriar-se a partir de necessidades e desejos antagônicos.

No intuito de compreender tal processo e seus impactos em nível regional no recorte geográfico da pesquisa, identificou-se diversos impactos sobre a dinâmica local com a instalação de projetos de caráter socioeconômico, seja de cunho urbanístico ou industrial, como é o caso do Projeto Orla, em Belém ou o Projeto Caulim, em Barcarena. O Quadro 01 revela que em nome do desenvolvimento regional e nacional, esses projetos produzem impactos que podem ser considerados segregadores no território amazônico, conforme se pode observar:

**Quadro 01: Parâmetros de comparação dos conflitos e impactos socioterritoriais causados por grandes empreendimentos em Belém e Barcarena (PA)**

LOCALIZAÇÃO	SUJEITOS ENVOLVIDOS	IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS	AÇÕES DE RESISTÊNCIA
BELÉM	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moradores da Bacia da Estrada Nova;</li> <li>- Grande Projeto Urbano projeto Orla (empreendimento público e privado);</li> <li>- Poder público representado pela Prefeitura Municipal de Belém e Ministério Público do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remanejamento e reassentamento de famílias;</li> <li>- Aterramento do Rio Guamá;</li> <li>- Exposição das famílias ao colocá-las no auxílio-aluguel;</li> <li>- Obstrução das estratégias de moradia e trabalho na orla por meio de ações de remoção;</li> <li>- Aumento do custo de vida pela especulação imobiliária local;</li> <li>- Insegurança da posse.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A criação da Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA);</li> <li>- Articulação com o Centro Comunitário Osvaldo de Caldas Brito;</li> <li>- Articulação com a UFPA por meio do PARU;</li> <li>- Apoio jurídico com a OAB-PA;</li> <li>- Denúncia ao Ministério Público Estadual com o dossiê</li> <li>- Integração do Movimento à Frente em Defesa das Bacias Hidrográficas de Belém (FBB)</li> </ul>
BARCARENA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moradores das comunidades: Curuperé, Nova Canaã, Maricá, Distrito Industrial;</li> <li>- Empresa multinacional Imerys (empreendimento privado);</li> <li>- Poder Público representado pela Prefeitura Municipal de Barcarena e Ministério Público Estadual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deslocamento compulsório, perda das áreas produtivas, e a obstrução das atividades da pesca das comunidades;</li> <li>- Acidentes socioambientais com a contaminação dos rios causados pelas atividades minero-metalúrgicas da Imerys;</li> <li>- Insegurança da posse.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do movimento Barcarena Livre (MBL);</li> <li>- Articulação com a UFPA por meio do Programa de Extensão Mapeamento Social de Povos e Comunidades Tradicionais;</li> <li>- O MBL passou a participar do planejamento do Plano Plurianual (PPA) de Barcarena e o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Barcarena;</li> <li>- Ato de reivindicação e denúncia Contra exposição “Imerys na Comunidade”.</li> </ul>

Fonte: Elaboração das autoras (2020)

A partir dos impactos territoriais referenciados no Quadro 01, compreende-se que nestes municípios, os impactos resultantes da mercantilização dos territórios, também reforçam os aspectos segregativos e ocorrem em duas frentes. Em Belém, é possível vislumbrá-los diretamente com as ações de remanejamento, onde as famílias são retiradas para que o projeto seja instalado na área para em seguida serem reassentadas em outros lugares distantes da sua origem, e também são expressos indiretamente com o aumento do custo de vida, decorrente da especulação imobiliária da área reconfigurada, na qual as famílias que se encontram em auxílio aluguel vivenciam a insegurança da posse.

Em Barcarena, os impactos da segregação territorial são evidenciados diretamente quando a empresa, para expandir sua produção e explorar novas áreas, necessita deslocar compulsoriamente as comunidades para outras áreas distantes, fixando-se no território, e indiretamente, quando suas atividades provocam os desastres socioambientais, tais como o rompimento de bacias e vazamento de caulim, que provocam a obstrução das condições de pesca, agricultura familiar e da sobrevivência em geral. É importante sinalizar, que os impactos indiretos – “acidentes” socioambientais – são mais vantajosos, do ponto de vista econômico, pois a empresa não precisa indenizar as famílias, estas são obrigadas, devido a obstrução das condições de vida a migrar para outros territórios.

A segregação é um elemento pensado e gestado dentro da dinâmica do modo capitalista de organizar e planejar o uso do território, em outras palavras, os projetos desenvolvidos pelo mercado com o aparato do Estado, tendem a desterritorializar as populações locais, submetendo-as às condições mais degradantes, de exclusão social e incorporando-as no chamado “exército industrial de reserva” (FIALHO NASCIMENTO et al, 2017). Dessa forma, as particularidades e modo de vida das populações locais não são consideradas dentro do planejamento do poder público, jogando-as à invisibilidade, consideradas obstáculos ao desenvolvimento econômico do grande capital.

## **Considerações finais**

As estratégias de mercantilização do território passam pela dinâmica da financeirização da economia com adesão do Estado que atua por meio das políticas de ordenamento territorial, criando a infraestrutura necessária para abastecer os grandes projetos potencializando a obtenção de lucros. Conforme Harvey (2011), tais estratégias passam a recriar as reações de espaço com implicações na reorganização geográfica da produção, distribuição e do consumo.

Com base nisso, a integração da Amazônia brasileira às dinâmicas da acumulação capitalista mundial e sua consolidação enquanto fronteira econômica, torna o território um campo de conflitos, que se desdobram em espaços rurais e urbanos

da região. Dentro dessa perspectiva, a expansão capitalista no estado do Pará se dá de um lado, pela extração de matérias-primas, em virtude de sua potencialidade mineral, na qual as atividades vinculadas à cadeia da mineração baseiam-se, substancialmente, na exploração de recursos naturais e da força de trabalho na expropriação de terras, e de outro, pela lógica de embelezamento e competitividade de cidades.

A partir das bibliografias e documentos analisados, verifica-se a agudização das expressões da “Questão Social” na Amazônia com a implantação de grandes projetos, seja em territórios urbanos ou rurais. Essa dinâmica adensa ainda mais as tensões históricas existentes na região e coloca em risco os direitos territoriais, políticos, econômicos e culturais garantidos constitucionalmente, uma vez que a expansão acelerada dos empreendimentos exige, entre outras medidas, a remoção de famílias e a não efetivação de políticas públicas que assegurem o direito à moradia e trabalho.

Foi possível identificar uma realidade específica da Amazônia que expressa uma heterogeneidade de grupos sociais que são afetados pelo grande capital. Dentro desta perspectiva, foram identificados impactos socioterritoriais vivenciados pela população local, com implicações na insegurança da posse, configurando a violação dos direitos com a invisibilidade das populações locais, tendo como características: a perda da terra e a segregação social que sofrem com a negação do acesso ao território.

Em contrapartida ao avanço do capital nos territórios, estes sujeitos encontram suas formas de resistência, identifica-se a articulação entre moradores, lideranças e entidades na luta pelo direito à terra tendo como estratégia a inserção mais efetiva desses sujeitos no planejamento do poder público.

Considera-se que o reconhecimento da realidade amazônica, por meio dos Projetos de Pesquisa e Programas de Extensão, dando visibilidade às populações locais, como um importante instrumento para a intervenção mais qualificada do Serviço Social, com base nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que fundamentam a profissão.

Em síntese, pode-se afirmar que as contradições produzidas no cerne da sociedade burguesa e das classes sociais em luta - numa região marcada historicamente por disputas e conflitos sociais que objetivam defender o território da sanha capitalista expressa nos *modus operandi* de expropriação, deslocamento, exploração de bens econômicos - aniquilam a ancestralidade de povos e culturas amazônicas.

## Referências

ABELÉM, Auriléa Gomes. *Urbanização e remoção: por que e para quem?*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NAEA-UFPA, 1988.

ABREU, Maria Helena Elpidio. *Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo*. Campinas: Papel Social, 2016.

BARCARENA LIVRE. *Carta Aberta sobre a III Conferência Municipal das Cidades em Barcarena-PA*. Disponível em: <http://culturadigital.br/barcarenalivre/>. Acesso em 15 ago. 2017.

BELÉM. Prefeitura Municipal. *Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN*. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2007.

BELÉM. Prefeitura Municipal. *Relatório de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN*. Belém: Engesolo Engenharia Ltda.; PMB, 2008.

CARMO, Eunápio. Educação e Cultura em Áreas de Conflitos Socioterritoriais: Experiências de uma Comunidade Nativa Na Amazônia Oriental. In: CARMO, Eunápio. *II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte*. Belém/Pa, 2010.

CARVALHO, Guilherme. Elementos para analisar os grandes projetos de infraestrutura na Amazônica. In: CAMPOS, Luiz Arnaldo; MONTEIRO, Dion. (Org.). *Amazônia: Olhares inquietos na floresta*. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. *Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, 2012.

COELHO, Edineide Santos. *Flexibilidade produtiva e desenvolvimento local: a rede de subcontratação da Alunorte*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso Internacional de Mestrado (Mestrado) em Planejamento do Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará, 2006.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia. *Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos para uma compreensão da “Questão Social” Na Região*, 2006. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (Doutorado em Serviço Social) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia et al. Grandes Projetos Econômicos e Mercantilização do Território na Amazônia: um estudo sobre conflitos pelo uso do solo em Belém (PA) e Barcarena (PA). *Anais do II Seminário Internacional*

*América Latina: política e conflitos contemporâneos* [recurso eletrônico] / Belém: NAEA, 2017.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAZEU, Marcel Theodoor. *O Não Lugar Do Outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*, 2015. Belém: Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Boletim Barcarena Livre infôrma: 37 anos de Desastres Socioambientais em Barcarena*, Rio de Janeiro, 2016.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. *Portos, portas e postais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA)*. 187f. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Mestrado) da Universidade Federal do Pará, 2009.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. v. 1. 13 ed. 1989.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, Urbano e Rural: O substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sara; FERNANDES, Ana. (Org.). *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RODRIGUES, R. M., LIMA, J. J. F., PONTE, J. P. X., BARROS, N. S., & LOPES, R. S. N. Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. Anais: *Encontros Nacionais da ANPUR*, 15, 2013.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro Cruz; CARDOSO, Welson de Sousa. Desenvolvimento e desigualdades na Amazônia contemporânea. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima. (Org.). *Sociedade, Campo Social e Espaço Público*. Belém: NAEA, 2014.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: Globalização e fragmentação*. 5. ed. 2006.

SANTOS, Milton (et.al). *Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no PROMABEN em Belém, Pará. *Rev. Katálysis* [online]. v. 15, n. 1, pp. 21-31. 2012.

SILVA, Iraneide Souza. *Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará*. Belém: Instituto de Geociências (Mestrado em Ciências Ambientais) da Universidade Federal do Pará, 2011.

## **Sobre as autoras**

### **Taynáh de Nazaré Argolo Marinho**

Assistente Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

### **Ana Caroline dos Santos Ferreira**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PPU) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

### **Sandra Helena Ribeiro Cruz**

Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente associada IV, da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. Pesquisadora do CNPQ, membro do Diretório de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada.